



---

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

---

Autos nº 0000259-39.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Cunha Porã

### ATIVIDADE CORREICIONAL

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 06/2016

Período da correição: 28-3-2016 a 27-5-2016

### EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Assessora Técnica: Karolina Oliveira Fontanela

Analista Jurídico: André Pacheco



## **INTRODUÇÃO**

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



**DADOS DA UNIDADE**

Comarca: Cunha Porã.

Unidade: Vara Única.

Municípios integrantes: Cunha Porã.

Juiz titular: Giovana Maria Caron Bosiom – em férias.

Wagner Luis Boing – em cumulação.

Chefe de cartório: Gilson Erci Gressler.

Última correição por equipe da CGJ/SC: 9-9-2013 a 8-11-2013 –  
0012379-22.2013.8.24.0600.

Competência: Vara Única.

Entrância: Inicial.



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.571
1.1.2	Processos em andamento	1.437
1.1.3	Procedimentos em andamento	134
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência abril de 2016.		
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 67 referem-se a processos de Execução Fiscal.		

### 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.245
1.2.2	Processos em andamento	1.063
1.2.3	Procedimentos em andamento	182
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência abril de 2016.		
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 67 referem-se a processos de Execução Fiscal.		

### 1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	164	58	222
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 31-5-2016.				

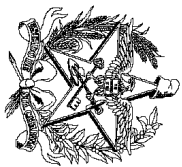
### 1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	1.511	126
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	1.409	117
1.4.3	Janeiro a março de 2016	357	119
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



### 1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias	103
	Cível- Genérico-Processo	
1.5.1.1	Ag. Análise - Recursos	11
1.5.1.2	Ag. Audiência	1
1.5.1.3	Ag. Encerramento do Ato	11
1.5.1.4	Cumprir Hasta Pública	2
	Criminal – Genérico - Processo	
1.5.1.5	Ag. Encerramento do Ato	14
1.5.1.6	Ag. Prazo	1
1.5.1.7	Remetidos à Delegacia de Polícia	28
	Execução Fiscal - Processo	
1.5.1.8	Ag. Encerramento do Ato	3
1.5.1.9	Cumprir Hasta Pública	2
	Execução Penal - Processo	
1.5.1.10	Ag. Encerramento do Ato	3
1.5.1.11	Apresentação em Juízo	17
	Juizado Especial Cível - Processo	
1.5.1.12	Ag. Prazo	1
1.5.1.13	Cumprir Hasta Pública	2
	Juizado Especial Criminal - Processo	
1.5.1.14	Ag. Análise do Cartório	1
1.5.1.15	Ag. Prazo	2
1.5.1.16	Remetidos à Delegacia de Polícia	4
1.5.1.17	Observações	
<p>a) Informações obtidas em 31-5-2016.</p> <p>b) Na data de 2-6-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 90 processos na fila. O mais antigo data de 15-12-2015.</p> <p>b.2) Ag. Análise – Recursos: existem 16 processos na fila. O mais antigo data de 16-11-2015.</p> <p>b.3) Cumprir urgente: existem 15 processos na fila. O mais antigo data de 21-1-2016.</p> <p>b.4) Recebido do Juiz – 56 processos na fila. O mais antigo com data de 2-3-2016. Recebido do Juiz – Despacho: existem 31 processos na fila. O mais antigo data de 3-5-2016. Recebido do Juiz – Decisão: existem 3 processos na fila. O mais antigo data de 31-5-2016. Recebido do Juiz – Sentença: existem 1 processos na fila. O mais antigo data de 2-5-2016.</p> <p>b.5) Escrivão: não existem processos na fila.</p> <p>b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 4 processos com audiências já realizadas ou sem audiência designada.</p> <p>b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n.0300210-47.2015.8.24.0021, 0300559-50.2015.8.24.0021, [REDACTED], [REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento.</p> <p>b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n.0300258-40.2014.8.24.0021, 0300134-23.2015.8.24.0021, 1000045-12.2013.8.24.0021, [REDACTED] e 0000590-80.2014.8.24.0021), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando</p>		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**

fls. 104

a suspensão.



## 1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

### MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	148	110
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		8.96%	6,66%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira Verificação: informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência fevereiro de 2016. b) Segunda verificação: informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência abril de 2016.		

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	6	5
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		6	3
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		6	0
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		15	31
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		2	2
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		2	2
1.6.8	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		12	12
1.6.9	Observações	a) Primeira verificação em 21-3-2016. a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria ( <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a> ). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. a.2) Item 1.6.8: dados do mês de janeiro, na data da primeira verificação o mês de fevereiro estava indisponível. O relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2014. b) Segunda verificação em 31-5-2016. b.1) No item 1.6.5 foi utilizado o mês de abril/2016 como referência. Os itens 1.6.6 e 1.6.7 dos do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria ( <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a> ). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b.2) Item 1.6.8: dados do mês de abril/2016. O relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos		



conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2014.

### PENDÊNCIAS

1.6.10	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 29-2-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		144	68
	Peticionamento eletrônico		21	12
	Mandados		2	2
AR			4	4
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 21-3-2016.				
b) Segunda verificação em 31-5-2016.				

### MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.11	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	24	6
1.6.11.1	Observações			
a) Primeira verificação em 21-3-2016.				
b) Segunda verificação em 31-5-2016.				

### PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.12	Outros setores				
1.6.12.1	Contadoria	33	0	23	0
1.6.12.2	Ministério Público	46	2	46	3
1.6.12.3	Oficialato da Infância e Juventude	33	16	31	11
1.6.12.4	Serviço Social	5	0	3	0
1.6.12.5	Observações				
a) Primeira verificação em 21-3-2016.					
b) Segunda verificação em 31-5-2016.					





**PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA**

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.13	Quantidade total de processos em carga	93		158	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.13.1	Juiz (Giovana Maria Caron Bósio)	14	7	58	0
1.6.13.2	Juiz (Marisete Aparecida Turatto Pagnussatt)	22	0	0	0
1.6.13.3	Ministério Público	2	0	7	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.13.4	Advogado	41	5	41	1
1.6.13.5	Delegacia de Polícia	6	3	13	3
1.6.13.6	Procuradorias	8	0	28	0
1.6.13.7	Porteiro/Leiloeiro	0	0	11	0
1.6.13.8	Observações				
	a) Primeira verificação: informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência janeiro de 2016. Na data da primeira verificação o mês de fevereiro estava indisponível.				
	b) Segunda verificação: informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência abril de 2016.				



1.6.14 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.14.1	Cartório - recebido do advogado	0	0	0	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.14.2	Cartório – aguardando	20	15	9	6
1.6.14.3	Cartório – aguardando AR	3	3	7	5
1.6.14.4	Cartório – aguardando carta precatória	24	16	27	20
1.6.14.5	Cartório – aguardando confecção de relação	0	0	37	3
1.6.14.6	Cartório – aguardando mandado	0	0	2	0
1.6.14.7	Cartório – aguardando publicação de relação	1	0	0	0
1.6.14.8	Cartório – arquivar	0	0	0	0
1.6.14.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.14.10	Cartório – escaninho do advogado	1	0	0	0
1.6.14.11	Cartório – escaninho do juiz	13	5	47	6
1.6.14.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	17	1	7	1
1.6.14.13	Cartório – escaninho do promotor	4	1	3	1
1.6.14.14	Cartório – prazo 1 a 31	20	7	21	12
1.6.14.15	Cartório – mesa do escrivão	1	0	5	0
1.6.14.16	Cartório – mesa do escrivão assinaturas	0	0	0	0
1.6.14.17	Cartório – mesa 01 a 10	9	1	27	17
	Expedição/cumprimento				
1.6.14.18	Cartório – cumprir despacho	3	0	1	1
1.6.14.19	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.14.20	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.14.21	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.14.22	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.14.23	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.14.24	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.14.25	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.14.26	Cartório – aguardando juntada	0	0	1	0
1.6.14.27	Cartório – aguardando petição	10	0	4	0
1.6.14.28	Cartório – aguardando resposta de ofício	1	0	4	0
1.6.14.29	Observações				

a) Primeira verificação em 21-3-2016.  
b) Segunda verificação em 31-5-2016.  
c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



## 1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	50	5
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		12	5
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		41	14
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		14	2
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	71	30
1.7.8	Observações	a) Primeira Verificação: informações obtidas em 21-3-2016. b) Segunda Verificação: informações obtidas em 31-5-2016.		

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	5	8
		Definitivo	2	7	
1.7.9.1	Réu preso - total		7	15	
1.7.9.2	Observações		a) Primeira Verificação: informações obtidas em 21-3-2016. b) Segunda Verificação: informações obtidas em 31-5-2016.		





## 1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Alimentado	Alimentado
1.8.5	Observações	<p>a) Primeira verificação em 22-3-2016.</p> <p>a.1) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 100 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”, vinculados a processos em andamento (Em grau de recurso; Não altera a situação; Suspensão; Em andamento), e 128 bens cadastrados no SNBA, com a situação “a definir”.</p> <p>a.2) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>a.3) Item 1.8.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações “em andamento”, “arquivado”, “suspensão”, “arquivado administrativamente”, “grau de recurso”, “remetido a outro juízo ou entregue à parte”, “remetido a outro foro” e “recebido em outro foro”. Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 31-5-2016.</p> <p>b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 149 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA que estão com a situação “a definir”, não foi possível a extração do relatório em virtude de inconsistência do sistema na data da extração. No entanto, há 197 registros de bens cadastrado no</p>		



SNBA. Dessa forma foi realizada amostragem em cinco processos: n. [REDACTED], 0000073-07.2016.8.24.0021, 0001038-87.2013.8.24.0021, 0000244-95.2015.8.24.0021, 0000885-59.2010.8.24.0021, sendo constatado que os bens correspondentes aos processos mencionados estão cadastrados no SNBA.

### 1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.9.1.1	Observações	a) Primeira verificação em 22-3-2016. b) Segunda verificação em 31-5-2016. c) Existe um programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema (Família Acolhedora de Cunha Porã).		



## CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 23 de junho de 2016.

Catia Lucila Ricordi Crestani  
Assessora Técnica Correicional – Mat. 6.508

André Pacheco  
Analista Jurídico - M20683

Karolina Oliveira Fontanela Coimbra  
Assessora Técnica - M23561